

Sumário

CAPÍTULO I ► TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA	23
1. Organização do estudo	23
2. Pontos de destaque.....	25
3. Introdução.....	25
4. Direito objetivo e direito subjetivo	27
4.1. Direito objetivo	28
4.2. Direito subjetivo	29
4.2.1. Direitos subjetivos absolutos e relativos.....	32
4.3. Teorias negacionistas.....	32
4.4. Conclusões	33
5. Fontes Formais do Direito Objetivo	34
5.1. Lei.....	38
5.1.1. Características da lei	39
5.1.2. Hierarquia entre lei complementar e lei ordinária	40
5.1.3. Hierarquia entre lei federal, estadual e municipal	41
5.2. Costume	42
5.2.1. Classificações dos costumes.....	43
5.2.2. Requisitos dos costumes	44
5.2.3. Fundamento jurídico dos costumes	45
5.3. Doutrina	46
5.4. Princípios gerais do direito	47
5.4.1. Mas quais seriam os princípios gerais do direito? Existe uma lista deles?.....	48
5.4.2. Características.....	48
5.4.3. Classificações	48
5.4.4. Noção e aplicação no curso da história.....	49
5.5. Jurisprudência	50
5.6. Súmula vinculante	51
5.6.1. A quem se aplica o teor da súmula vinculante	53
5.6.2. Conclusão	53
6. Eficácia da lei no tempo	54
6.1. Aplicação da norma jurídica no tempo.....	60
6.2. Direito Civil – Retroatividade excepcional.....	60

6.3.	Direito Penal. Retroatividade da lei benéfica	60
6.3.1.	Retroatividade da lei penal em branco	63
6.3.2.	Ultratividade das leis excepcionais e temporárias	64
6.3.3.	Princípio da Continuidade Normativo-típica	65
6.4.	Direito Constitucional.....	65
6.4.1.	Nova constituição e repristinação.....	65
6.4.2.	Desconstitucionalização.....	65
6.4.3.	Fenômeno da recepção.....	66
6.5.	Antinomias jurídicas.....	67
7.	Conceito de política	67
7.1.	História da Política.....	68
7.1.1.	O pensamento grego	68
7.1.2.	O pensamento romano.....	70
7.1.3.	O pensamento medieval.....	70
7.1.4.	O pensamento renascentista.....	70
7.1.5.	Pré-iluminismo	71
7.1.6.	Iluminismo.....	72
7.1.7.	Política no Século XX.....	73
7.1.8.	Discussões contemporâneas	74
7.1.9.	O que distingue a política das outras formas de poder?.....	74
8.	Ideologias.....	75
9.	A Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	77
9.1.	Introdução e conceito.....	77
9.2.	Análise Histórica dos direitos inerentes à condição humana	79
9.3.	Características dos Direitos Humanos.....	84
9.4.	Estrutura normativa de previsão dos Direitos Humanos.....	86
9.5.	Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	87
10.	Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	96
10.1.	Introdução e conceito.....	96
10.2.	Agenda 2030 e o Poder Judiciário brasileiro.....	101
10.3.	Meta 9 do CNJ	106

CAPÍTULO II ► FILOSOFIA DO DIREITO..... 109

1.	Organização do estudo.....	109
2.	Pontos de destaque.....	111
3.	Breve introdução à filosofia	111
3.1.	Conceito	111

3.2.	Filosofia e Religião.....	111
3.3.	Origem da filosofia.....	113
3.4.	Filosofia do Direito	114
3.5.	As grandes escolas de Filosofia do Direito	114
3.6.	Vamos ao edital?	117
4.	O conceito de justiça.....	117
4.1.	Sentido lato de Justiça. Um valor universal	118
4.2.	Sentido estrito de Justiça. Um valor jurídico-político	125
4.3.	Divergências sobre o conteúdo do conceito	126
5.	O conceito de Direito	130
5.1.	Direito não-estatal.....	131
5.1.1.	Pluralismo Jurídico	131
5.2.	Análise histórica.....	132
5.3.	Equidade	134
5.4.	Direito e Moral.....	137
6.	A Interpretação do Direito.....	143
6.1.	Aspectos gerais.....	143
6.1.1.	Objetivo da interpretação	144
6.1.2.	Métodos clássicos de interpretação	145
6.1.3.	Novos rumos da interpretação	149
6.1.4.	Princípios de interpretação constitucional	150
6.1.5.	Métodos de interpretação constitucional.....	156
6.1.6.	A sociedade aberta dos intérpretes (Peter Häberle).....	161
6.2.	A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo	163
6.3.	O método de interpretação pela lógica do razoável	164
7.	Linha do tempo da Filosofia	168
7.1.	Filosofia antiga.....	169
7.1.1.	Contexto histórico pré-socrático e clássico	169
7.1.2.	Filósofos Pré-Socráticos.....	170
7.1.2.1.	Sofistas	172
7.1.3.	Sócrates	173
7.1.4.	Platão	174
7.1.5.	Aristóteles.....	176
7.1.6.	Contexto histórico. Período Helenístico	179
7.1.7.	Epicurismo.....	181
7.1.8.	Estoicismo	181
7.2.	Filosofia Medieval.....	183

7.2.1.	Contexto histórico. Idade média	183
7.2.2.	Santo Agostinho	186
7.2.3.	São Tomás de Aquino	189
7.3.	Filosofia moderna	191
7.3.1.	Contexto histórico. Movimentos da idade moderna	191
7.3.2.	Contexto histórico. Renascimento	192
7.3.3.	Nicolau Maquiavel	195
7.3.4.	Contexto histórico. Absolutismo	196
7.3.5.	Thomas Hobbes.....	197
7.3.6.	Contexto histórico. Iluminismo	200
7.3.7.	Charles de Montesquieu.....	201
7.3.8.	John Locke.....	203
7.3.9.	Jean Jacques Rousseau	205
7.3.10.	Immanuel Kant.....	206
7.3.10.1.	A Ética Kantiana.....	209
7.3.11.	Jeremy Bentham e John Stuart Mill.....	211
7.3.12.	Georg Wilhelm Friedrich Hegel.....	214
7.3.13.	O juspositivismo do Século XIX.....	216
7.4.	Filosofia contemporânea	217
7.4.1.	Contexto histórico. Contemporaneidade	217
7.4.2.	Múltiplos caminhos para a filosofia	219
7.4.3.	Hans Kelsen	220
7.4.4.	Herbert L. A. Hart.....	227
7.4.5.	John Rawls.....	230
7.4.6.	Escola de Frankfurt.....	233
7.4.7.	Ronald Dworkin	236
7.4.8.	Robert Alexy.....	239
7.4.9.	Miguel Reale	242
7.4.10.	Jürgen Habermas	243

CAPÍTULO III ► SOCIOLOGIA DO DIREITO..... 247

1.	Organização do estudo.....	247
2.	Pontos de destaque.....	247
3.	Conceito e Noções históricas.....	248
3.1.	Conceito	248
3.2.	Noções históricas.....	252
3.2.1.	Karl Marx.....	252

3.2.2.	Émile Durkheim.....	254
3.2.3.	Max Weber	258
3.2.3.1.	Teoria da Ação Social de Max Weber.....	260
3.2.3.2.	Max Weber e a Burocracia	261
3.2.4.	Michel Foucault	262
3.2.5.	Byung-Chul Han	268
3.2.6.	Niklas Luhmann.....	269
4.	Introdução à sociologia da administração judiciária.....	272
4.1.	Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia).....	272
4.2.	Gestão de pessoas	277
5.	Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito.....	277
5.1.	Relações sociais e Relações jurídicas	277
5.2.	Controle social e o Direito.....	279
5.3.	Transformações sociais e Direito	281
6.	Direito, Comunicação Social e opinião pública	284
6.1.	Opinião pública e participação popular na formação do Direito. Atividade legislativa.....	284
6.2.	Opinião pública e participação popular na formação do Direito. Atividade judiciária.....	285
6.3.	Opinião pública, comunicação social, imprensa e Direito. O Poder Judiciário garantindo o direito ao esquecimento.....	288
6.4.	Comunicação social do Poder Judiciário	291
7.	Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.....	293

CAPÍTULO IV ► ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL 303

1.	Organização do estudo.....	303
2.	Pontos de destaque.....	304
3.	Introdução.....	304
4.	Regime Jurídico da Magistratura Nacional	305
4.1.	Carreiras	306
4.1.1.	Supremo Tribunal Federal	308
4.1.2.	Superior Tribunal de Justiça	312
4.1.3.	Justiça Federal	312
4.1.4.	Justiça do Trabalho	314
4.1.5.	Justiça Eleitoral	315

4.1.6.	Justiça Militar	317
4.1.7.	Justiça Estadual.....	319
4.2.	Ingresso.....	320
4.2.1.	Novo requisito para ingresso na carreira: o Exame Nacional da Magistratura – ENAM.....	324
4.3.	Promoções	325
4.3.1.	Merecimento.....	327
4.3.2.	Antiguidade	334
4.4.	Remoções.....	336
5.	Direitos e deveres funcionais da magistratura.....	339
5.1.	Vitaliciedade	339
5.2.	Inamovibilidade	340
5.3.	Irredutibilidade dos subsídios	341
5.4.	Vedações (ou garantias de imparcialidade).....	341
5.5.	Dispositivos da LOMAN.....	343
6.	Código de Ética da Magistratura Nacional	347
7.	Sistemas de controle interno do Poder Judiciário	351
7.1.	Conselho Nacional de Justiça.....	351
7.2.	Conselhos Superiores	360
7.3.	Corregedorias	363
7.4.	Ouvidorias	366
8.	Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados	367
8.1.	Crimes de responsabilidade	367
8.2.	Responsabilidade administrativa	368
8.3.	Responsabilidade civil.....	370
8.4.	Responsabilidade penal.....	372
8.5.	Improbidade administrativa.....	374
9.	Administração judicial.....	374
9.1.	Planejamento estratégico	374
9.2.	Modernização da gestão.....	379
10.	Princípios de Conduta Judicial de Bangalore	380

CAPÍTULO V ► PSICOLOGIA JUDICIÁRIA..... 387

1.	Organização do estudo.....	387
2.	Pontos de destaque.....	388
3.	Introdução.....	388
3.1.	Conceito de psicologia. Âmbito de atuação.....	388
3.2.	Psicologia jurídica e psicologia judiciária	390
3.3.	Breve Histórico.....	397

3.4.	Correntes teóricas da psicologia.....	397
3.4.1.	Behaviorismo	398
3.4.2.	Gestalt	399
3.4.3.	Psicanálise	400
4.	Psicologia e Comunicação.....	401
4.1.	Relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.....	401
5.	Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito.....	404
5.1.	Assédio moral e assédio sexual.....	404
6.	Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos.....	407
6.1.	Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos	407
7.	O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.....	414

CAPÍTULO VI ► DIREITO DIGITAL..... 423

1.	Organização do estudo.....	423
2.	Pontos de destaque.....	423
3.	4ª Revolução industrial. Transformação Digital no Poder Judiciário. Tecnologia no contexto jurídico. Automação do processo. Inteligência Artificial e Direito. Audiências virtuais. Cortes remotas. Ciência de dados e Jurimetria. Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário	424
3.1.	A 4ª Revolução industrial.....	424
3.2.	Transformação digital no Poder Judiciário	426
3.3.	Tecnologia no contexto jurídico.....	431
3.4.	Automação do processo.....	432
3.5.	Inteligência Artificial e Direito	432
3.6.	Audiências virtuais. Cortes remotas.....	437
3.7.	Ciência de dados e Jurimetria.....	439
3.8.	Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário	440
4.	Persecução Penal e novas tecnologias. Crimes virtuais e cibersegurança. Deepweb e Darkweb. Provas digitais. Criptomoedas e Lavagem de dinheiro.....	442
4.1.	Persecução penal e novas tecnologias. Crimes virtuais e cibersegurança	442
4.2.	Deepweb e Darkweb	445
4.3.	Provas Digitais.....	446
4.4.	Criptomoedas e lavagem de dinheiro	449
5.	Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos	450
5.1.	Aspectos introdutórios	450
5.2.	Algoritmos	451

5.3.	Blockchain.....	453
5.3.1.	A história do dinheiro e a revolução do Bitcoin.....	455
5.4.	Contratos inteligentes (“Smart Contracts”).....	457
6.	LGPD e proteção de dados pessoais.....	458
6.1.	Introdução e conceito.....	458
6.2.	Fundamentos	460
6.3.	Abrangência objetiva e subjetiva	460
6.4.	Principiologia	461
6.5.	Tratamento de dados pessoais.....	462
6.6.	Tratamento de dados pessoais sensíveis	464
6.7.	Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes	469
6.8.	Término do tratamento de dados.....	469
6.9.	Rol de direitos do titular de dados	470
6.10.	Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público	470
6.11.	Da Responsabilidade e do Ressarcimento de Danos	474
6.12.	Da Segurança e das boas práticas.....	475
6.13.	Das sanções administrativas	475
6.14.	Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, a ANPD	476

CAPÍTULO VII ► PRAGMATISMO, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL..... 479

1.	Organização do estudo.....	479
2.	Pontos de destaque.....	479
3.	Função judicial e pragmatismo. Antifundacionalismo. Contextualismo. Consequencialismo. Racionalismo e Empirismo. Dialética. Utilitarismo.....	480
3.1.	Função judicial e pragmatismo.....	480
3.1.1.	Antifundacionalismo	482
3.1.2.	Contextualismo	483
3.1.3.	Consequencialismo	483
3.2.	Racionalismo e Empirismo.....	483
3.3.	Dialética	484
3.4.	Utilitarismo.....	484
4.	Análise econômica do direito. Conceitos fundamentais. Racionalidade econômica. Eficiência processual. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica. Coisa Julgada.....	486
4.1.	Conceitos fundamentais	486
4.2.	Breve histórico.....	488
4.3.	Análise econômica do processo. Acesso à justiça	488

4.4.	Análise econômica do processo. Propostas e métodos adequados para resolução de conflitos	489
4.5.	Análise econômica do processo. Demandas de valor esperado negativo	492
4.6.	Análise econômica do processo. Demandas de valor esperado negativo. Discussões e soluções	493
4.7.	Análise econômica do processo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica	494
5.	Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos. A percepção de Justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão.....	497
5.1.	Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos	497
5.2.	A Percepção de justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão	500
6.	Governança corporativa e Compliance no Brasil. Mecanismos de Combate às organizações criminosas e Lavagem de Dinheiro. <i>Whistleblower</i>	502
6.1.	Governança corporativa e <i>compliance</i> no Brasil.....	502
6.2.	Mecanismos de combate às organizações criminosas	508
6.3.	Lavagem de dinheiro e <i>whistleblower</i>	510

CAPÍTULO VIII ► DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO 517

1.	Organização do estudo	517
2.	Pontos de destaque.....	518
3.	Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação.....	518
3.1.	Aspectos introdutórios	518
3.2.	Conceito	519
3.3.	Parâmetros de definição	520
3.4.	História do Direito da Antidiscriminação	521
4.	Modalidades de Discriminação	522
4.1.	Discriminação direta	522
4.2.	Discriminação indireta	524
4.3.	Discriminação interseccional	527
4.4.	Discriminação multidimensional	529
4.5.	Discriminação inconsciente.....	529
4.6.	Discriminação organizacional	531
4.7.	Discriminação institucional	532
4.8.	Discriminação estrutural.....	533
4.9.	Discriminação intergeracional	534
4.9.1.	Discriminação e necropolítica	535
4.10.	Teoria Crítica de Raça	536
4.10.1.	O que é Teoria Crítica de Raça?.....	536
4.10.2.	Escolas de Pensamento: Idealista e Realista	537

4.10.3. Storytelling jurídico e apreciação da narrativa	537
4.10.4. Análise Interseccional dos Preconceitos	538
4.10.5. Essencialismo e antiessencialismo	539
4.10.6. Nacionalismo x Assimilação	539
5. Legislação antidiscriminação nacional e internacional	540
5.1. Aspectos constitucionais	540
5.2. Dispositivos internacionais	542
5.3. Aspectos legais	544
6. Conceitos Fundamentais do Racismo, Sexismo, Intolerância Religiosa, LGBT- QIA+fobia	545
6.1. Racismo	545
6.2. Sexismo	554
6.3. Intolerância religiosa	559
6.4. LGBTQIAPN+fobia	563
7. Ações Afirmativas	568
7.1. Ações afirmativas no Brasil	570
7.2. Decisão judicial de efeitos aditivos	573
8. Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais	574
8.1. Direitos dos povos indígenas. Legislação	574
8.2. O debate sobre as terras indígenas	576
8.3. Capacidade processual	579
8.4. Outros direitos processuais	580
8.5. Resolução 287/09 do Conselho Nacional de Justiça	581
8.6. FUNAI	583
8.7. Quilombolas	583
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	587